

## JOSÉ DE ALENCAR, HISTORIADOR

### Francisco Régis Lopes Ramos

É na década de 1860 que os intelectuais começam a compor narrativas sistematizadas sobre o passado do Ceará. A primeira cronologia vem no *Ensaio Estatístico* do Senador Pompeu, publicado em 1864. O primeiro livro sai em 1867, com a autoria de Alencar Araripe. E em 1869 edita-se a obra póstuma de Pedro Théberge. Escritos praticamente de maneira simultânea, há entre esses textos uma vontade de fazer o Ceará por meio de seu passado, dando-lhe existência no presente e legitimidade para o futuro. Por outro lado, o esforço intelectual não partiu somente da história. Com preocupações semelhantes, no sentido de dar ao Ceará o passado que o Ceará merecia, veio à luz *Iracema*, publicado pouco antes da história de Alencar Araripe.

Envolvida na identificação de datas e fatos, a elite letrada recorre ao sentido do tempo para fundar a “pátria cearense” por meio do passado, mas também através da fábula. Há, portanto, uma tessitura de intenções a unir as escrituras: responder ao presente sobre o melhor modo de usar o passado. Apesar das muitas diferenças, os letrados nutriam intuições semelhantes, e tentaram, juntamente com uma ruidosa legião de letrados do séc. XIX, imaginar o passado do Brasil e, mais especificamente, do Ceará. Afinal, os intelectuais do oitocentos sabiam que a tão sonhada construção da nacionalidade só poderia se efetivar na medida em que o pretérito fosse estudado e, sobretudo, transladado ao presente, para ser filtrado, digerido e transformado em força. Estava em jogo o sentido do passado, o modo mais apropriado de captar (ou mesmo capturar) a ordem dos acontecimentos em uma narrativa convincente e atraente. As palavras, no romance e na história, tinham a ambição de colocar a terra, o homem e a luta numa trama temporal.

A intenção do texto a seguir é exatamente perceber como essas (e outras) obras inventavam um determinado passado cearense, na medida em que também começavam a dar legitimidade para uma área

do saber que passaria a ser denominada História do Ceará. Longe de qualquer pretensão de fazer dos intelectuais os receptores da suposta identidade cearense, o que se quer aqui é perceber como se foi delinquendo a crença em um passado comum. Tais narrativas não vieram simplesmente para contar sobre o que já havia existido, mas para disciplinar espaços e tempos e assim estruturar campos de visibilidade.

Pressupõe-se que o passado não é aquilo que passou e sim uma complexa composição subordinada aos interesses de quem aciona os jogos da memória. Não se trata, nessa perspectiva, de perceber como certos autores preenchem o tempo com acontecidos, porque é o acontecer que faz o tempo existir. Não há tempo sem ação, ou melhor, sem ação narrada. É no modo de encadear os fatos que o tempo ganha volume e sentido. É na maneira de ajeitar o mapa do verbo existir que se cria a ideia do tempo dividido entre passado, presente e futuro.<sup>29</sup>

Por outro lado, há um fio condutor: os dois livros nos quais José de Alencar trata do Ceará: *Iracema* e *O Sertanejo*. É a partir dessas duas obras que tentarei pensar sobre a composição de sentido para a História do Ceará. Daí o título *José de Alencar, Historiador*. Assim sendo não me move o desejo de defender sua inserção no campo dos estudos históricos. O que me interessa é interpretar os modos pelos quais a história e a ficção estavam em sintonia com as demandas por um passado específico.

## 1. Fundadores e Fundamentos

No “Argumento Histórico” de *Iracema*, José de Alencar escreve que, diante de Martim Soares Moreno, “o Ceará deve honrar sua memória como a de um varão prestante e seu verdadeiro fundador”.<sup>30</sup> Alencar Araripe usa as mesmas palavras para definir a participação de Soares Moreno, que é destacado como “o verdadeiro fundador do

---

29 “Pode-se narrar o tempo, o próprio tempo, o tempo como tal e em si?”, pergunta o narrador de *A Montanha Mágica* no início do capítulo VII, ‘Passeio pela praia’. E ele próprio responde que, embora o tempo seja a condição da narrativa, quem se abalanchasse a narrá-lo conseguiria, em vez de contar uma história, alinhar frases repetitivas abstratas do tipo ‘o tempo decorria, escoava-se, seguia o seu curso, e assim por diante...’, como alguém que ‘tivesse a idéia maluca de manter durante uma hora um e mesmo tom ou acorde e afirmasse ser isso música. Pois a narrativa se parece com a música no sentido de que ambas dão um conteúdo ao tempo...’. A primeira preenche-o com a matéria dos acontecimento na forma de uma sequência, a segunda mede-o e subdivide-o.” Nunes, Benedito. *O tempo na narrativa*. Segunda Edição. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 05.

30 Alencar, José de. *Iracema*. Fortaleza: Edições UFC, 1985, p. 50.

Ceará, que deve honra à memória desse varão prestante como lançador da primeira pedra da grandeza futura do torrão cearense”.<sup>31</sup>

A semelhança entre os dois trechos chega a ser inquietante, mas não é meu objetivo discutir questões textuais. O que me interessa é perceber como essas relações constituídas entre passado e presente, fazem da História do Ceará algo a ser ensinado para que, além do Ceará glorioso, passe a existir, cada vez mais, o cearense orgulhoso, feliz por ser o que ele é, na medida em que seu passado é desvelado para ele mesmo. Nesse sentido, é interessante notar que os dois livros não seguiram o enfoque de Aires de Casal em sua *Corografia Brasilica* (inclusive citada por Alencar), não fizeram o marco zero em Pero Coelho e sim em Martim Soares Moreno.<sup>32</sup> Tomaram partido a favor de Varnhagen, porque também consideraram que Pero Coelho, apesar de merecer as honras da memória, é apenas o protagonista do “completo malogro” que definiu a “primeira tentativa para se colonizar o Ceará”.<sup>33</sup> Não quiseram dar muito crédito a um herói fracassado.

No “Argumento Histórico” de Alencar, Pero Coelho fica deslocado. Veio primeiro, deixou marcas, mas não foi um fundador nem deixou fundamentos:

*Em 1603, Pero Coelho, homem nobre da Paraíba, partiu como capitão-mor de descoberta, levando uma força de 80 colonos e 800 índios. Chegou à foz do Jaguaribe e aí fundou o povoado que teve o nome de Nova Lisboa.*

*Foi esse o primeiro estabelecimento colonial do Ceará.*

*Como Pero Coelho se visse abandonado dos sócios mandaram-lhe João Soromenho com socorros. Esse oficial, autorizado a fazer cativos para indenização das despesas, não respeitou os próprios índios do Jaguaribe, amigos dos portugueses.*

---

31 Araripe, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850. Segunda Edição. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958. p. 124.

32 Casal, Manuel Aires de. Corografia Brasilica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976. p. 283.

33 Varnhagen, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil (tomo segundo). Sexta Edição integral. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959. p. 60

*Tal foi a causa da ruína do nascente povoado. Retiram-se os colonos pelas hostilidades dos indígenas; e Pero Coelho ficou ao desamparo, obrigado a voltar à Paraíba por terra, com sua mulher e filhos pequenos.*<sup>34</sup>

Na sua história, Alencar Araripe segue o mesmo caminho interpretativo, mas, como era de se esperar, desce aos detalhes sobre as qualidades que impedem a eleição de Pero Coelho para o cargo de Fundador do Ceará: escravização e matança de índios. O resultado do julgamento é curto e pragmático: “O seu procedimento cruel e desumano, perpetuado na memória dos aborígenes, foi um grande obstáculo para as futuras expedições”.<sup>35</sup>

Mesmo reconhecendo que o Brasil precisava civilizar-se, a relação de Alencar Araripe com a colonização portuguesa era ambígua. Em certos momentos, elogia, em outros quase chega a dizer que foi um mal necessário e, quando critica a escravização sofrida pelos índios, fica hesitante e sugere que pode ter sido um mal desnecessário.

Alencar Araripe acreditava que a cultura mais avançada deveria colonizar a mais atrasada. Concluía que, a rigor, não havia diferença entre o ser índio e o ser branco, porque ambos eram seres humanos. Apenas estavam em patamares diferenciados no desenvolvimento da racionalidade. É por isso que Alencar Araripe não poupa críticas aos colonos que escravizaram ou matavam os nativos. A colonização, portanto, era correta. O erro residia no colonizador que usava da força bruta para maltratar os irmãos primitivos. Sendo assim, ele não faz uma história das elites e sim uma história do Estado. Sua preocupação concentra-se em uma análise sobre a difícil implantação da lei pública diante da falta de organização jurídica e administrativa, o trabalhoso trajeto da civilização diante da barbárie. Em suma, seu esforço interpretativo reside em evidenciar uma narrativa a respeito da construção da liberdade civil em um mundo onde só havia pessoas amarradas à prática de guerras e sem valores de justiça social. É nessa rede de sentidos narrativos que Alencar Araripe consegue condenar Pero Coelho e, ao mesmo tempo, absolver o Rei de Portugal.

<sup>34</sup> Alencar, José de. Iracema. p. 49.

<sup>35</sup> Araripe, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará..., p. 118.

Se não servia como exemplo para a história, Pero Coelho também não serviu para a ficção de Alencar. Para esposo de *Iracema*, quem combinava melhor era Martim Soares Moreno. Estava em jogo o exemplo a ser herdado e no inventário dos primos, a herança criava raízes na identificação de um fundador, coisa que não teve muita importância para a cronologia publicada no *Ensaio Estatístico*. O comentário sobre o fim do “primeiro estabelecimento português no Ceará” é rápido e sem acusações ou defesas: “Coelho não se pode demorar no Jaguaribe, e sua dureza para com os índios forçou-o a voltar para a Paraíba com perda quase total de sua comitiva.”<sup>36</sup> A escrita parece estar contaminada pelo título do livro *Ensaio estatístico da província do Ceará*. A cronologia aí inserida tem o tom estatístico, para fazer uma listagem de erros e acertos, com um fluxo discursivo interessado em identificar homens em ação, sem muitos adjetivos. Trata-se de uma exceção, porque a regra passou a ser o julgamento.

“Um verdadeiro martirológico...”. Foi assim que João Brígido lembrou Pero Coelho na ocasião eram comemorados os “300 anos da chegada dos portugueses ao Ceará”. Fazendo uma ponte entre 1603 e 1903, João Brígido entrava em sintonia com vários outros intelectuais que, sob a liderança do Barão de Studart, consolidavam debates sobre um campo de estudos que já acumulava coleta de documentos e promovia revisões sobre os textos pioneiros Alencar Araripe, Pedro Theberge e Senador Pompeu. Não se pode dizer, entretanto, que João Brígido trouxe fatos novos sobre o assunto. Também está longe do meu interesse fazer uma análise epistemológica para inventariar as descobertas, e sim perceber como foi se constituindo um início aceitável para a história que se procurava escrever. Nesse sentido, a contribuição de João Brígido para a coletânea de textos dirigida pelo Barão de Studart faz uma espécie de síntese sobre o que se sabia até então, dando aos fatos um tom trágico que seria assumido por todos que depois dele escreveriam. A tragédia funcionava em seu regime discursivo como justificativa para uma dívida mnemônica que o presente deveria assumir. Os sacrificados mereceriam a lembrança.

Contraopondo-se às críticas de Alencar Araripe, João Brígido afirma sem rodeios: “Pedro Coelho é o primeiro nome do Ceará, justa-

36 Brasil, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio estatístico da Província do Ceará* – tomo II. Edição fac. sim. . Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (edição original: 1864), p. 257.

mente o primeiro mártir da sua causa”.<sup>37</sup> Mas, no mesmo livro, o texto do Barão de Studart faz a balança pender para o outro lado, evidenciando que a rede de discursos estava funcionando plenamente: “Martim Soares Moreno é o vulto culminante da primitiva história do Ceará; tudo que lhe diz respeito reveste-se de capital interesse, porque, mais afortunado que Pero Coelho (...), é ele o fundador do Ceará.”<sup>38</sup>

Por outro lado, nunca é demais ressaltar que a inserção do Ceará numa linha do tempo se dava em círculos restritos. A operação historiográfica que dava tempo ao espaço e espaço ao tempo se dava em ilhas de letrados em um mar de oralidades. Conscientes do problema, os intelectuais sabiam que a missão civilizatória não seria fácil e especificamente no plano do ensino de história o que pudesse ser feito para diminuir a ignorância seria louvável. Era nessa perspectiva educativa que os monumentos públicos ganhavam um valor a mais. O entrave era a falta de recursos para a construção de monumentos, mas se fazia o possível e, em 1903, a cidade de Crato deu sua parcela. Ergueu em praça pública uma estátua de Pero Coelho. Mas o futuro contrariou os planos. Com pouco tempo, veio uma chuva mais forte e um raio partiu o monumento. Os intelectuais lamentaram, mas o pior ainda estava por vir, evidenciando que o patriotismo cearense estava mais nos ideais letrados do que na vida cotidiana. O povo começou a chamar o resto da estátua de “Pedro Cotoco”.

## 2. Nacionalismo em Miniatura

Estava em pauta no século XIX o passado exemplar, a ser usado pelo presente como fonte de inspiração. Quem explicitou isso de maneira mais aberta e didática, certamente inspirado em Von Martius, foi Alencar Araripe, no prefácio da *História da Província do Ceará*: “nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a recordação das nobres ações dos seus maiores”.<sup>39</sup>

Alencar Araripe e José de Alencar lutam pela mesma coisa: a memória. Mas não é uma memória que demarca o tempo isolando o

37 Brígido, João. “Há 300 anos. Pedro Coelho de Souza”. In: Comemorando o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará (1603-1903). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1903, p. 37.

38 Studart, Barão de. “Martim Soares Moreno. Sua autobiografia. Descrição do Ceará feita por ele em 1618”. In: Comemorando o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará (1603-1903). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1903, p. 139.

39 Araripe, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará...*, p. 13.

passado. O pretérito passa a existir na medida em que pode, e deve, preparar o devir. O passado serve ao presente, como ressalta Araripe na introdução de seu livro: “Suprima-se o exemplo do passado e teremos a humanidade sempre no berço da infância, sempre nos jogos pueris, falta do poderosíssimo auxílio da experiência”.<sup>40</sup> E, para Araripe, que era bacharel em Direito, as regras da advocacia estavam em voga para a escrita da história, pois o passado também deveria passar por julgamentos.<sup>41</sup> Entre salas de aula e tribunais, havia, portanto, uma semelhança confessada.

É assim que Martim Soares Moreno adquire o sentido de elo encontrado, ganha a qualidade de costura providencial entre o passado primitivo e o futuro promissor. Vai acontecendo por meio da escrita da história uma delimitação do espaço para os mortos.<sup>42</sup> Ao serem identificados e inseridos em uma narrativa, os que se foram fornecem sentido para o caminhar do tempo e as razões pelas quais o presente chegou a ser o que é. Mas não é só isso, porque estão em pauta os deferimentos e os votos para a “grandeza futura do torrão cearense”, avisando que o porvir dos vivos depende do lugar (des)ocupado pelos mortos.

Fica evidente que a escrita da literatura e a escrita da história não estavam apenas enfocando o passado com procedimentos próprios. Havia uma luta acirrada para resgatar o acontecido, no sentido de criar elementos identitários a serviço do Brasil e, por conseguinte, do Ceará. Nesse nacionalismo em miniatura, Alencar Araripe parte em defesa de um índio: “O herói da guerra holandesa Antônio Felipe Camarão foi sempre reconhecido por natural da serra da Ibiapaba; todavia ultimamente duvidou-se dessa naturalidade a fim de transferi-la do Ceará para Pernambuco”.<sup>43</sup> No “prólogo” de *Iracema*, Alencar se manifestou de modo claro e incisivo sobre esse mesmo tema: “... falo da pátria do Camarão, que um escritor pernambucano quis pôr em dúvida, tirando

---

40 Araripe, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará..., p. 13.

41 “Era uma época em que o Direito por assim dizer mantinha pesada ascendência no universo das representações mais diretamente relacionadas com o Estado e a Sociedade. E a história não ficava atrás”. Nesse sentido, João Alfredo Montenegro argumenta que o bacharel em Direito “é o profissional do universo formal, da lei, que acaba sobrepondo-se ao mundo vivente, preso que fica ao formalismo, que tende à auto-suficiência, principalmente em face de uma interpretação que se fixa numa presumida vontade estática do legislador (...).” Montenegro, João Alfredo de Sousa. A Historiografia Liberal de Tristão de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 93.

42 Certeau, Michel de. A Escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

43 Araripe, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará..., p. 135.

a glória ao Ceará para dar à sua província”.<sup>44</sup> A repetição não é mera coincidência. Trata-se, afinal, de uma vontade comum entre Alencar Araripe e José de Alencar: legitimar o fluxo da escrita nas urdiduras do tempo. Nesse caso, era uma questão de honra acreditar que o Ceará fora o berço de Camarão, índio que, conforme se imaginava, tornou-se um homem civilizado e, além disso, ajudou a expulsar os holandeses do Brasil. Mas, havia quem sustentasse que Camarão não era cearense e isso foi visto como ofensa.

A querela estava posta, na história e na literatura, evidenciando que, nesse caso, as semelhanças entre a ciência da história e a ficção literária não eram poucas, apesar de se tratarem de coisas distintas. É que junto do romantismo brasileiro vinha um romantismo cearense, ou melhor, uma vontade de valorizar o Brasil destacando a participação do Ceará. Enquanto Araripe menciona uma “pátria cearense”, Alencar defende que o Ceará é a “Pátria de Camarão”. Invasores eram os holandeses e não os portugueses. Daí vem a base que sustenta o herói nacional: o índio civilizado pelos portugueses.

O debate também percorreu os periódicos. Em janeiro de 1868, o jornal *O Cearense* publicou um longo artigo sobre a pátria de Camarão. A motivação mais direta para o comentário vem de um “artigo biográfico” publicado por Varnhagen na Revista do Instituto Histórico de 1867, afirmando que Camarão era natural do Rio Grande do Norte. O problema é que, em sua História do Brasil, publicada em 1851, ele havia dito que o índio era cearense:

*Quando li as razões de ordem do artigo da revista acreditei realmente que o infatigável autor da Historia Geral havia descoberto algum antigo manuscrito perdido nas livrarias claustrais do Perú. Esperei portanto um d'esses documentos autênticos, que transtornam completamente o texto da historia e restabelecem a verdade alterada por falsa tradição.*

*Que decepção foi a minha! (...) o juiz advogado para decidir em última instância o pleito é apenas o conde de Pernambuco, Duarte de Albuquerque*

*em suas Memórias diárias! (...) Como se escreve a história!  
O grande argumento, a espada de Alexandre manejada  
pelo Sr. Varnbagem é apenas uma ilação! Camarão era  
potiguar; a nação habitava o Rio-Grande do Norte; logo  
Camarão nasceu no Rio-Grande.”*

A polêmica continua e, em 1897, Januário Lamartine chega a publicar um opúsculo para destacar que Camarão era cearense de Viçosa. Sua preocupação evidencia que, no final do séc. XIX, tinha sentido não somente a história das províncias ou dos estados, mas também o passado das cidades: “enquanto alguns de meus patrícios ocupam-se me escrever para a capital, (...) eu desenterro do pó dos arquivos os nomes dos filhos nobres de Viçosa”.<sup>45</sup> Para se contrapor aos “gratuitos detratores”, o autor seguiu os cânones em vigência e fez uma longa listagem de citações confiáveis para defender sua tese. Entre os citados vem José de Alencar, reverenciado como criador, mas antes de tudo como pesquisador: “Tracema pode ter sido uma concepção mitológica, mas Araquém e Guaby foram entidades reais, como ainda hoje atestam e demonstram os seus descendentes”.<sup>46</sup> É que, além dos escritos, Januário Lamartine parte em defesa da “tradição oral” que chegava ao seu tempo e que, no seu entender, mostravam a verdadeira origem de Camarão.

Acreditava-se que o Ceará existia, mas não era uma existência dada, pois carecia de memória, precisava de um passado a ser conhecido e glorificado. Os nomes de Martim Soares Moreno e Camarão permaneciam, portanto, em posição de destaque mnemônico, tanto nos fatos de Araripe como nas fábulas de Alencar. Mas a memória convocada não era alimentada pelo consenso. O que formava o campo de legitimidade para a História do Ceará era exatamente a disputa em torno da capacidade de descobrir o que supostamente havia, mas estava encoberto. Era preciso ter argúcia para identificar erros e acrescentar fatos desprezados ou esquecidos. Assim se fazia um intelectual. Era assim que se buscava a verdade. Mas se tratava, necessariamente, de uma procura coletiva, que se tornava excitante na medida em que

45 Nogueira, Luiz Januário Lamartine. Um ponto importante da História do Ceará. Fortaleza: Tipografia Universal, 1897, p. 22.

46 Nogueira, Luiz Januário Lamartine. Um ponto importante da História do Ceará, p. 33.

despertava a vaidade de ver o que os outros ainda não tinham visto. O destaque vinha para quem tinha mais fôlego e mais paciência para alimentar a polêmica.

O tom belicoso de Januário Lamartine defendendo sua cidade como o berço de Camarão, comentado há pouco, foi publicado em um opúsculo cujo nome vale a pena destacar: *Um ponto importante da História do Ceará*. Como era de se esperar, ele recebeu uma réplica e logo providenciou a tréplica, publicada no jornal *A República* em fevereiro de 1898. Seguindo o modelo que rege a disputa, há, antes da exaustiva citação de autores, uma introdução que dá conta de localizar o leitor na querela, dando-lhe elementos sobre o valor do assunto e a boa qualidade dos que disputam. Para iniciar, como era de bom tom, a humildade e a negação do conflito: “Nunca tive o propósito de travar discussão sobre ponto de história”. Em seguida, a primeira defesa sobre seu opúsculo: “... entendi que ministrava alguns esclarecimentos sobre esta, colhidos em minhas investigações de natureza local, como é o berço de Camarão, e, tratando deste ponto de história cearense, o fiz porque a sua história é a história de todas as gerações destas paragens, onde nasci e onde moro”. Sendo assim, o autor sente-se autorizado a desempenhar seu papel de intelectual:

*E da mesma forma que ilustres historiadores que vão ao Oriente, ver o que já era sabido, conhecido e dito por outras notabilidades, precisão, quando lá chegão, do almocrêve, arrieiro, guia para indicar-lhes o que desejão “ver com os próprios olhos”, para escreverem a mesma história ou cousas novas, entendo que eu, na falta d’outros que habilitações tivessem, posso, em linguagem rude e frase desalinhada, guiar aos recantos da Ibiapaba a ilustres historiadores, indicando-lhes as serras-raises desta cordilheira: - Algodão, Arco, Verde; Irapuá, Serrinha de Dom Simão, tagoaybrina, o Aragiba – ba, o Pitinga. O Jaguary, o Coatiabo, asaldeyas de araquem (Quebra Ferro), os campos do Ipú, (...): finalmente o grande rio – Poty – que deu o nome ao grande Tabajára – Poty – que motiva esta controvérsia histórica. (...)*

*Permita-me, pois, o ilustre coronel João Brígido que eu faça a narrativa material da historia da Ibiapaba, apoiado na historia comparada, na tradição oral, nos descendentes de Camarão, no testemunho “imutável” e “eterno” dos lugares, ribeiros e rio que dão origem ao seu nome e aos de seus parentes e sucessores, e, finalmente, na prova documental. (...)*

*Prometa-me, pois, o ilustre coronel João Brígido que eu carregue o material que puder para o lugar onde os mestres, os competentes por seu talento e ilustração, como s, S.a tem de reconstruir a historia cearense. (...)*

*Ao ilustre coronel João Brígido, pois, como homem notável, ou a outra qualquer notabilidade cumpre corrigir, emendar os erros do erudito sr. Candido Mendes, mediante a prova resultante de documentos que se casão perfeitamente com o testemunho imutável e eterno dos lugares, ribeiros e rios da Ibiapaba, que dão origem ao nome de Camarão e aos de seus parentes e sucessores (...).*

Conhecimentos não só de livros de história e documentos de arquivos, mas também sobre tradições orais, filologia e geografia. Tudo isso como fonte e fundamentação para a defesa de uma tese, quer dizer, para a identificação de datas, fatos e lugares. Era nesse território argumentativo que Januário Lamartine procurava fazer o seu lugar de intelectual. E, não se deve estranhar, ele cita *Iracema* entre as obras consultadas. Não que ele confundisse história científica com ficção romântica, mas porque seus valores sintonizavam-se com algo que estava em *Iracema*. Além de valores como o patriotismo cearense, o que Januário Lamartine procurava na obra de José de Alencar era o “argumento histórico”, ou melhor, base da imaginação, que explicitamente estavam em partes específicas, como notas, prefácios ou posfácios, mas também na própria narrativa. E não é descabido pensar que muitos outros leitores envolvidos com a busca de explicações para o passado também fizessem essa leitura da obra de Alencar. Afinal, o próprio escritor quer

conduzir o leitor nesse sentido, com suas referências recorrentes ao “real” de onde brotava o romance.

É impróprio buscar o ponta-pé inicial da disputa pela pátria de Camarão, mas vale a pena especular sobre o sucesso que o debate alcançou, transformando-se em elemento constitutivo dos sentimentos de pertencimento ao Ceará. Nos embates, entra em cena o verbo fundamental, com seus adjetivos e substantivos correspondentes. Estamos diante de autores românticos, em busca de mitos fundantes, nomeados como Martim Soares Moreno, ou os anônimos, que entram na categoria de “cearenses”. Está em jogo, portanto, a falta que a História do Ceará pode fazer para a fundamentação do futuro. É exatamente por isso que Araripe, logo na introdução do seu livro, faz questão de exibir a necessidade daquilo sobre o qual ele se dispôs a escrever: “O povo, que deixa no olvido serviços passados, mostra tacaño egoísmo, limitando o seu intento ao estreito espaço do fugitivo presente”. E esse modelo para lidar com a passagem do tempo, ele faz questão de lembrar, vinha dos mais adiantados: “Inglaterra, França e Estados Unidos, as maiores nações da moderna idade, cobrem-se de augustos monumentos para celebrar briosos caracteres.”<sup>47</sup>

Mas nada se garante sobre o que será lembrado no futuro. Se é considerado o campo das histórias didáticas, feitas sob medida para alunos ou professores, Pero Coelho e Soares Moreno atravessaram o tempo e até hoje estão atuantes, mas o mesmo não ocorreu com a vida de Camarão. A polêmica não convenceu os autores do séc. XX, como os citados Cruz Filho e Raimundo Girão. Isso não quer dizer que o assunto morreu, porque continuou a exigir tribunais em opúsculos e artigos, convocando toda sorte de deferimentos para legitimar uma área de saber a partir de uma área geográfica.

Seria exaustivo inventariar esses textos, mas vale a pena citar um deles, *Camarão – filho do Ceará*, publicado por Pedro Ferreira em 1955. Seguindo o modelo adotado por Januário Lamartine, o opúsculo traz uma listagem de autores recheada com tradições orais e observações a respeito de toponímias e filologias. A “carta-prefácio” é assinada pelo escritor Antônio Sales, reconhecendo o valor da obra, mas ao mesmo tempo admitindo que ainda não se tem uma conclusão convincente:

---

47 Araripe, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará..., p. 14.

“... se não foi aqui precisamente que nasceu o chefe potiguar, foi aqui pelos menos que ele, debilitado pelas lutas em prol da pátria, veio repousar e se refazer para novas empresas”.<sup>48</sup>

A dúvida de Antonio Sales era criadora e criatura de dois mitos: Camarão e o Ceará. Ambos tinham existência história e merecimento de lembrança. Se o primeiro não nasceu no segundo, é pelo menos possível inferir que o segundo abrigou o primeiro. De qualquer modo, ambos saíam valorizados. Assim ia se fazendo a fé por meio da qual se sacralizava a defesa da “nossa história”, entendida como a História do Brasil, é verdade, mas em segundo lugar diante da “História do Ceará”.

### 3. Entre o fato e a fábula

“Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. É indispensável sobretudo escoimar os fatos comprovados, das fábulas a que serviam de mote...” Aí, a afirmação típica de um historiador do século XIX, alerta para separar os fatos das fábulas. Mas a citação é do romancista Alencar, no início do livro *Ubirajara – lenda tupi*, que ele mesmo considerava “irmão de Iracema”.<sup>49</sup>

Publicado quase dez anos depois de *Iracema*, *Ubirajara* (1874) também traz um texto preliminar, com o mesmo intuito: provar que a lenda veio do estudo sobre a vida dos indígenas no período colonial. Alencar deixa ainda mais explícita sua tomada de posição diante do passado: é preciso criticar os testemunhos. Criticar em que sentido? Para dar à nação uma memória gloriosa, com suas dores e suas alegrias, uma lembrança coletiva que gera o gosto de ser brasileiro. Para Alencar, os índios faziam parte do passado nacional de modo heróico e digno. Não se tratava simplesmente de um pretérito primitivo a ser suplantado pela civilização, como pensavam Alencar Araripe e muitos outros.

A arma mais poderosa é o documento, ou melhor, a escolha da lista de vestígios confiáveis. Enquanto Araripe adverte que a sua história é sincera porque se autentica por “documentos insuspeitos e cuidadosamente verificados”, José de Alencar argumenta que o seu

48 Sales, Antônio. “Carta-Préfacio”. In: Ferreira, Pedro. Camarão – filho do Ceará. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1955, p. 20

49 Alencar, José de. *Ubirajara*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951, p. 333.

romance, para não ser “infiel à verdade histórica”, está baseado em escritos honestos, como as “Memórias Diárias da guerra brasílica do conde de Pernambuco”, considerando que “esta autoridade, além de contemporânea, testemunhal, não pode ser recusada”.<sup>50</sup>

Documentos confeccionados com base ocular mereciam mais confiança do que aqueles com prova auricular. Mas, se os que viram tinham mais crédito, os que escutavam não eram excluídos. “A tradição oral é uma fonte importante da história, e às vezes a mais pura e verdadeira”, assim falou Alencar no prólogo de *Iracema*.<sup>51</sup> Tudo em sintonia com o escrito do primo Araripe: “a tradição oral, fonte importantíssima da verdade histórica”.

*Iracema* é uma lenda com “Argumento histórico”, e esse argumento tem uma dialética sem síntese, na medida em que há aí uma política da verdade, articulada em uma narrativa sedutora, pronta para agradar a força e a fraqueza constitutiva da humana condição: a nossa capacidade de imaginar.

Alencar teve disposição para espalhar nada menos do que 128 notas de rodapé explicativas em um romance que tem mais ou menos esse mesmo número de páginas. É certamente um campo de investigação promissor estabelecer relações entre essas notas e os procedimentos da escrita da história que foi se constituindo, de modo conflitivo, no “mundo moderno”. Tratava-se de um procedimento que vinha se consolidando exatamente como princípio inalienável na escrita da história. O recurso gráfico do rodapé foi ganhando força, como mostra Anthony Grafton, em uma rede de relações íntimas entre nota e legitimidade para as conclusões apresentadas pelos autores. Há um longo e contraditório conjunto de vias que desembocaram na utilização de notas tal como conhecemos hoje.<sup>52</sup>

José de Alencar e Alencar Araripe, o primeiro com notas de rodapé e o segundo com anotações inseridas no próprio fluxo do texto, procuravam lidar com as querelas entre contar sobre a História do Ceará e contar sobre o modo pelo qual se deu a pesquisa que ambos

50 Alencar, José de. *Iracema*. p. 51.

51 Alencar, José de. *Iracema*. p. 51.

52 “O surgimento das notas de rodapé – e dos artifícios a ela associados, como apêndices documentais e críticos – separa a modernidade história da tradição. Tucídides e Joinville, Eusebio e Mathew Paris não identificavam suas fontes ou refletiam sobre seus métodos em textos paralelos a suas narrativas (...)” Grafton, Anthony. *As origens trágicas da erudição...*, p. 31.

fizeram. É exatamente por isso que não dá para fazer separações rígidas entre a escrita da história e a história da escrita, entre o modo de conduzir o texto e a pesquisa que se fez não somente antes dessa condução escriturária, mas também durante o próprio ato de escrever (e publicar) a partir de certos procedimentos e determinadas escolhas, explicitadas ou não, mas sempre em acordos e confrontos com outros textos.<sup>53</sup>

As notas de *Iracema* não são, portanto, simplesmente coisas secundárias, pois funcionam em uma lógica argumentativa para dar à fábula uma base de fato. Nesse caso, o fato é o argumento, as notações avisam ao leitor que, em sua rede, ele está diante de uma lenda verdadeira, originária da pesquisa. Além disso, há, antes da narrativa, um “Prólogo” e um “Argumento Histórico”, depois uma “Carta” e ainda um “Pós-Escrito”, colocado na segunda edição. É um excesso de informações, ou melhor, uma avalanche de defesas e ataques diante das posições contrárias. Cercando *Iracema*, e na sua própria constituição narrativa, há vários indícios de um longo trabalho de investigação sobre o Brasil no tempo colonial.

Alencar era homem de formação jurídica, que iniciou seu ofício na literatura com as *Cartas sobre a Confederação de Tamoios* (1856), isto é, uma obra de teoria, sobre a escrita da ficção, abrindo um debate que se tornaria antológico. No primeiro romance, *O Guarani* (1857), também há notas explicativas, “que já traziam em si o germe da polêmica”. E o que veio a seguir, quase sempre abrigou a presença de “prefácios e/ou posfácios”: “com um leitor real ou imaginário ele discute o seu instrumento (...), a língua, ou o seu ofício, o de escritor de romances.”<sup>54</sup>

Alencar não se cansou de afirmar que a sua fabulação vinha dos fatos. A estratégia mais evidente nesse sentido foi o uso de notas,

---

53 “(...) a história da nota de rodapé mostra que a forma da narrativa histórica sofre repetidas mutações nos últimos séculos. Isso ocorreu, sobretudo, porque os historiadores tentaram encontrar novas maneiras de contar tanto a história de sua pesquisa quanto a de seus assuntos, em dois níveis separados e em dois ritmos diferentes. A história da pesquisa histórica e a da retórica histórica, em suma, não podem ser separadas (...). Os textos históricos não são simplesmente narrativas como quaisquer outras; eles resultam das formas de pesquisa e argumento crítico que as notas de rodapé registram. Mas apenas o trabalho literário de compor tais notas permite ao historiador representar, de modo imperfeito, a pesquisa que sustenta o texto. (...) Uma análise retórica completa da moderna historiografia deveria incluir uma retórica da anotação juntamente com alguma versão das retóricas na narração existentes.” Grafton, Anthony. *Os origens trágicos da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*, p. 190.

54 Ingrid Schwaborn, Ingrid. *O Guarani era um tupi? Sobre os romances indianistas O Guarani, Iracema, Ubirajara de José de Alencar*. Fortaleza: Casa de Alencar - UFC, 1998, p. 274.

prefácios ou mesmo uma carta, como se vê no final de *Iracema*, onde ele reafirma seu gosto pelo trabalho de historiador ao lembrar que no início era o “instinto” que o movia para a pesquisa: “não tinha eu então estudos bastantes para apreciar devidamente a nacionalidade de uma literatura; era simples prazer que movia-me à leitura das crônicas e memórias antigas”.<sup>55</sup> Alencar não estava longe da ânsia investigativa que mobilizava a formação disciplinar da história. Assim como aqueles que se assumiam como historiadores, Alencar estava acuado e armado, para duelar com outras versões. Vinha da disputa em torno do tempo de outrora o prazer de se justificar, de expor os procedimentos que levaram à certa conclusão.

Alencar sabia que os prólogos poderiam atrapalhar: “eles fazem à obra o mesmo que o pássaro à fruta antes de colhida; roubam as primícias do sabor literário”.<sup>56</sup> Mas, diante das competições pela versão mais verdadeira, ele usou e abusou de explicações em torno de sua lenda, ou melhor, da lenda que ele diz ter escutado em sua terra natal. Sentia que essas bordas de *Iracema* eram um mal necessário, sobretudo para enfrentar as intrigas da oposição. Ele sabia, como partícipe do mundo letrado, que estava no campo minado das disputas pelo passado.

No primeiro capítulo de *Iracema*, o criador reforça que há, na sua criação, um “argumento histórico”, uma tradição oral, considerada por ele como uma fonte histórica. Ao perguntar ao leitor, mais de uma vez, o que Martim deixava ao partir na “afouta jangada”, Alencar responde que ele deixou uma história. “Uma história que me contaram nas lindas várzeas onde nasci, à calada da noite, quando a lua passeava no céu argenteando os campos...”.<sup>57</sup>

A documentação era a base da imaginação. Sem fontes, não era possível fazer a trama. Mas a trama não era simplesmente a colocação dos fatos descobertos, porque seria necessário formar imagens. Imagens literárias que, para além dos documentos, fossem capazes de atrair a alma do leitor. Em *Como e porque sou romancista*, ele procura explicar que, para fazer literatura, “o selvagem é um ideal”. Quer dizer, sua ficção, exatamente para ser ficção, parte do real, passa pelo ideal e

55 Alencar, José de. *Iracema*, p. 190.

56 Alencar, José de. *Iracema*, p. 47.

57 Alencar, José de. *Iracema*, p. 55.

chega ao imaginário, que dizer, à composição de imagens. Assim, Alencar argumenta que é absolutamente imprescindível retirar dos índios a “crosta grosseira” colocada pelos “cronistas”.<sup>58</sup>

A imaginação servia para “dar um corpo aos objetos que o espírito vê com os olhos d’alma e ligar os diversos fragmentos que se encontram nos livros para fazer deles um quadro ou uma estátua”. Era assim que Alencar justificava o significativo valor da pesquisa detalhada, praticamente a mesma cultivada pelos historiadores. Em um texto sobre sua disposição para descrever o passado do Rio de Janeiro, há longas observações sobre seu contato com as fontes de pesquisa e seu método de trabalho para expor o correr da história:

*Geralmente os fatos sucederão na sua ordem cronológica; e apenas algumas vezes me verei obrigado a parar um momento para explicar o encadeamento das causas e dos efeitos que pode facilmente escapar ao leitor; ou para mencionar uma ou outra circunstancia estranha no momento em que se deu, e que venha depois à influir sobre os acontecimentos.*

*A minha história, ou antes a minha memória, abre-se rigorosamente no momento em que se lançou a primeira pedra da construção da cidade; é daí que começou a sua existência política, é daí pois que deve principiar a missão do historiador.*

*Entretanto tomei a liberdade de descrever anteriormente a cena onde se passarão os primeiros acontecimentos, e dizer alguma coisa sobre o passado obscuro dessa terra ainda desconhecida, sobre aquilo que bem podíamos chamar os tempos mitológicos da cidade.*

*Talvez me censurem por isto e julguem que desci da verdade a poesia; tenho porém a consciência de que a imaginação aí não faz mais do que dar um corpo aos objetos que o espírito vê com os olhos d’alma, e ligar os diversos fragmentos que se encontram nos livros para fazer deles um quadro ou uma estátua.*

---

58 Alencar, José de. Como e porque sou romancista, p. 61.

*Demais sou historiador à minha maneira; não escrevo os anais de um povo, e sim a vida de uma cidade; colijo os fatos, as lembranças, as tradições, as conjecturas, os usos e costumes; faço de uma terra selvagem, ou de uma molle de casas um livro; copio a crônica de um lugar, como escreveria as reminiscências de um homem, ou as memórias literárias de um escritor.*<sup>59</sup>

Alencar historiador? Ao seu modo sim.<sup>60</sup> Mas o que significa “ao seu modo”? Em princípio, completar o que faltava com a imaginação. Mas a imaginação não era somente um “tapa-buraco”. A imaginação daria à escrita o poder de imaginar, ou melhor, de figurar o próprio real. Por isso o estilo era fundamental: não se tratava de descrever bem, mas de dar à descrição a arte de seduzir a visão do leitor com tramas e cenários movimentados e comoventes. Daí a exuberância da natureza e dos enredos. Mas se nada poderia ser escrito sem a capacidade de imaginar, tudo deveria nascer de pesquisas e buscas criteriosamente planejadas:

*Vou folheando uma à uma as páginas desse álbum de pedra no qual mais de três séculos deixaram gravada a sua passagem; no qual o tempo esse sublime arquiteto de ruínas, elevou umas sobre as outras estas diversas gerações de casas, sob cujos tetos desapareceram outras tantas gerações de homens.*

*Quando houver história a contar, escreverei histórias; lerei o que nos deixaram os homens daquelas épocas. Quando a página estiver em branco conversarei com o meu leitor, lembrar-lhe-ei uma tradição, estudarei um costume da época, e finalmente lhe mostrarei a cidade tal como ainda era naqueles dias de sua infância.*

*Eis verdadeiramente o meu plano; assim não estranhe se algumas vezes me arrogo o título pomposo de historiador; uso desta palavra, como quem diria, simples e fiel narrador daquilo que leu e ouviu.*<sup>61</sup>

59 Alencar, José de. “O Rio de Janeiro – prólogo”. In: Freixeiro, Fábio. Alencar: os bastidores e a posteridade. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1981 p. 111.

60 Sobre isso ver: Peloggio, Marcelo. “José de Alencar: um historiador à sua maneira”. Revista Alea, v. 06, n.01, janeiro-junho, 2004. p. 83.

61 Alencar, José de. “O Rio de Janeiro – prólogo”, p. 112.

Por outro lado, vale lembrar que ainda não havia um campo bem definido para delimitar o que era um historiador, qual o seu método e sua área de trabalho. Nesse terreno ainda hesitante, Alencar aproveitou brechas para dizer que seu ofício englobava, de alguma maneira, o título de historiador. Mesmo com seu estilo que hoje pode parecer excessivo, seu gosto pela exatidão fazia parte do método dos que procuravam vislumbrar o passado.

Cultor da filologia, Alencar aproximava-se dos métodos de todos os intelectuais de seu tempo. Afinal, era da filologia que se esperava quase tudo. Sua abrangência, guardadas as devidas peculiaridades, ia da ciência do direito ao conhecimento sobre passado dos primitivos. O minucioso estudo de Alencar sobre as línguas indígenas fazia parte de uma constatação que circulava pelo mundo letrado do oitocentos: se não dá para conhecer o passado pela arqueologia, pela falta de descobertas, a solução é apelar para o que existia. Daí vem o gosto pelos estudos sobre a língua dos índios. Entre os membros do IHGB, não foram poucos os trabalhos nessa perspectiva. Sendo assim, literatura, história e etnologia misturavam-se, em uma querela sem fim sobre as fronteiras de cada saber e sobretudo sobre o que cada saber tem a dizer sobre o passado dos habitantes primitivos. Eram civilizações adiantadas que decaíram ou eram povos eternamente primitivos? Nisso tudo, uma preocupação prática: o que fazer com os que restaram. Teriam jeito? Poderiam ser civilizados? Em quanto tempo?<sup>62</sup>

Enfim, Alencar estava no meio do fogo cruzado, e sua mira parecia giratória, tanto é que desagradou a gregos e troianos. Aliás, desagradar fazia parte do jogo, pois não se deve desprezar o ideal de polêmica que estava na própria raiz do pensamento iluminista. A polêmica, dentro ou fora de grupos, era criadora e criatura da escrita. Criticar, mais que um direito, era o dever do intelectual. A ânsia da alteração ia da crítica literária à crítica da economia. Tudo devia ter crítica. A função do crítico seria não se esquecer de nada.

---

62 Sobre isso, ver: Turin, Rodrigo. "A 'obscura história indígena'. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)". In: Guimarães, Manoel Luiz Salgado (org). Estudos sobre a escrita da História. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

#### 4. Entre o Passado e o Futuro

Em sua história, Tristão de Alencar Araripe mostra como o padre Francisco Pinto merecia a “veneração dos pósteros”:

*Ao entrar na aldeia tomava uma casa de propósito preparada para ele, armava uma rede, e nela sentado recebia a visita dos gentios, começando pelo principal. Esta visita limitava-se ao cumprimento das boas vindas, dizendo cada visitante: “Já vieste (Êre jurician)”, ao que respondia o padre Já vim (Je ejurician)”.*

*Depois trazia o mulhêro mimos ao padre, consistentes em frutas, bebidas, animais, farinha, beijos, e cousas semelhantes, que sem se dizer palavra eram postas ao redor do hóspede. Da comida ou bebida preparada provava a mulher do principal, e depois as demais; e o padre era obrigado a provar também sob pena de desconfiarem mulheres e homens.*

*Feito isto, sentavam-se todos, continuando o padre na rede; então travava-se uma conversação, que versava sobre agouros, sonhos e extravagâncias próprias de tão bárbara gente. Depois o padre, versado na língua indígena, procurava mostrar o grande amor, que tinha aos seus novos conhecidos, rematando o discurso com dizer que o fim da sua penosa viagem era buscar a amizade, e tratar do bem deles.<sup>63</sup>*

Esse “grande amor” estava longe, portanto, das “extravagâncias” com as quais Iracema conquistou o amor de Martim. Alencar sentia-se seduzido pelas “gotas de verde e extranho licor”, enquanto Araripe via aí práticas de “bárbara gente”. Nesse caso, os primos estão em redes opostas, apesar de se verem seduzidos pelos balanços do pretérito. Enquanto Araripe glorificava a iniciativa civilizadora dos jesuítas, Alencar maquinava em outra atmosfera, como ele mesmo revela em seu relato sobre o nascimento dos índios na sua obra. Devorando

---

63 Araripe, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará..., p. 126.

papéis e crônicas coloniais, ele buscava temas, protagonistas e cenários para a composição de um romance:

*Recordo-me de que para o martírio do Padre Francisco Pinto, morto pelos índios do Jaguaribe, se volvia meu espírito com predileção. Intentava eu figurá-lo na mesma situação em que se achou o Padre Anchieta, na praia de Iperoig; mas sucumbindo afinal à tentação. A luta entre o apóstolo e o homem, tal seria o drama, para o qual de certo me faleciam as forças.*<sup>64</sup>

Não é o civilizado diante do selvagem e sim o civilizado diante dele mesmo, das suas contradições. De qualquer modo, estava aí o mote: os jesuítas. Alencar e Araripe, mais uma vez, dando o rumo de um capítulo que seria obrigatório em todas as sínteses da História do Ceará. Misturando o drama religioso do Padre Pinto morto pelos índios com a missão que ele e seu parceiro, o Padre Figueira, tiveram para civilizar o Ceará. Se houve dúvidas sobre os primeiros colonizadores (Coelho ou Martim), a respeito dos dois missionários, a coisa serenou na medida em que se tornariam os mártires da nova terra.

“A posteridade quererá conhecer como incultas selvas transformaram-se em cidades”. Essa previsão de Araripe receberia o aval de Alencar, mas a que se segue não teria a sua simpatia: “Ela (a posteridade) desejará saber como a nobre raça caucasiana suplantou e aniquilou a raça autóctone, arrebatando-lhe do domínio livre dos bosques e plantando a civilização, que doma as feras e ameniza as brenhas”.<sup>65</sup> Araripe e Alencar defendem a origem cearense de Camarão e o fundador Soares Moreno, mas não estão de acordo a respeito da relação entre civilização e mundo indígena.

Em *Iracema* há mais notas, mas em *Ubirajara* as notas são maiores. Vale a pena citar um breve trecho da extensa nota sobre antropofagia, no qual Alencar, por meio de seus valores ocidentais, valoriza o diferente, tornando-o semelhante e fonte da literatura nacional: “os restos do inimigo tornavam-se pois como uma hóstia sagrada que fortalecia os guerreiros (...). Não era a vingança; mas uma espécie de comunhão da carne; pela qual se operava a transfusão do heroísmo”.<sup>66</sup>

64 Alencar, José de. Como e porque sou romancista, p. 48.

65 Araripe, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará..., p. 126.

66 Alencar, José de. “Ubirajara”

Desse modo, é preciso ter cautela nas comparações. Por exemplo: Araripe também descreve os usos da rede nas culturas nativas, mas seu quadro interpretativo insere o índio em um passado a ser conhecido e superado na própria construção da nacionalidade, que tem como agente central o português. Para Alencar, o passado também deveria ser conhecido para a construção da nacionalidade, mas o índio seria a fonte do mais fundo patriotismo: o ato de imaginar as nossas origens. Dessa maneira, Alencar queria mais do que seu primo Araripe. Desejava inventar, por meio da literatura, uma imaginação nacional. Ao contrário de Araripe, Alencar queria que sua obra fosse lida na rede e tivesse tanto poder como os efeitos do líquido verde.

Enquanto Alencar Araripe é um iluminista romântico, José de Alencar é um romântico iluminista. Para ambos a civilização é o ideal e o índio pertence ao passado. Mas a semelhança para por aí. Enquanto Araripe acredita que o passado já passou, Alencar intui que nada passa completamente e que, além da história, o cidadão precisa da literatura. Assim, mais do que de fatos, o civilizado precisa de fábulas. É por isso que Alencar deixa bem claro: *Iracema* é uma lenda, mas é uma lenda com argumento histórico. Isso quer dizer que o leitor está diante de um texto que não é verdade, mas pode abrir as portas da imaginação que leva ao que realmente se passou. É verdade que Araripe critica os colonizadores que não tiveram posturas civilizadas diante dos índios, tratando-os como animais, entretanto Alencar dá outro tom a esse tipo de crítica, descendo a um ponto menos burocrático:

*Homens cultos, filhos de uma sociedade velha e curtida por longo trato de séculos, queriam esses forasteiros achar nos indígenas de um mundo novo e segregado da civilização universal uma perfeita conformidade de idéias e costumes. Não se lembravam, ou não sabiam, que eles mesmos provinham de bárbaros ainda mais ferozes e grosseiros do que os selvagens americanos.*

*Desta prevenção não escaparam muitas vezes espíritos graves e bastante ilustrados para escreverem a história sob o ponto de vista mais largo e filosófico. (...)*

*As coisas mais poéticas, os traços mais generosos e cavalheirescos do caráter dos selvagens, os sentimentos mais nobres desses filhos da natureza, são deturpados por uma linguagem imprópria, quando não acontece lançarem à conta dos indígenas as extravagâncias de uma imaginação desbragada.*

*Revela ainda notar, que duas classes de homens forneciam informações acerca dos indígenas: a dos missionários e a dos aventureiros. Em luta uma com a outra, ambas se achavam de acordo nesse ponto, de figurarem os selvagens como feras humanas. Os missionários encareciam assim a importância da sua catequese; os aventureiros buscavam justificar-se da crueldade com que tratavam os índios.<sup>67</sup>*

Ao contrário do que se costuma pensar, o romancista não exclui o genocídio de sua obra. E, para confundir as fronteiras classificatórias, algumas denúncias não estão em livros canonicamente inseridos na classe dos “indigenistas”. Cito nesse sentido uma passagem de *O Sertanejo*, bastante significativa sobre as relações entre fazendeiros e nativos. Não no século XVII, como é o caso de *Iracema*, mas no século XVIII, em terras do sertão cearense. Trata-se do castigo planejado pelo Capitão-Mor para os índios Jucás, que eram acusados de roubar animais da fazenda e, por isso, foram pegos de surpresa e completamente destroçados. Só escapou um, que ficou prisioneiro: “seu chefe, o terrível Anhamum, nome que na língua tupi significa ‘irmão do diabo’”. A descrição de Alencar não poupa detalhes nem esconde a truculência dos colonizadores: “Desamparado pelos seus, o formidável guerreiro defendeu-se como um tigre, e só rendeu-se quando o número dos inimigos cresceu a ponto de submergi-lo. Então mandou o capitão-mor amarrá-lo de pés e mãos, e conduzi-lo a Oiticica, onde foi metido no calabouço”. Alencar reafirma seu repúdio através do herói romântico, ressaltando que Arnaldo, vaqueiro fiel e mestiço, admirava a valentia de Anhamum: “O rapaz tinha lá para si que os índios não faziam senão defender a sua independência, e a posse das terras que lhes pertencia

---

67 Alencar, José de. Ubirajara, p. 334.

por herança, e que os forasteiros os iam expulsando”. A programação prevista era fazer suplicar o chefe dos Jucás, “fazer do suplício do selvagem um espetáculo de incutir o terror, convocando para assistir a êle todos os moradores conjuntamente com dois outros índios prisioneiros, que levariam aos seus a notícia das torturas infligidas ao chefe”.<sup>68</sup>

Mas o Capitão Campelo mudou de ideia e resolveu dar um destino mais civilizado ao troféu. A nova solução é apresentada com fina ironia, denunciando uma prática que, de fato, fazia parte do processo colonizador: “... resolveu meter Anhamum em uma gaiola de ferro, como se faz com os tigres, e enviá-lo a Lisboa com um procurador, que de sua parte oferecesse a El-rei essa preciosa curiosidade do sertão, ornado de todos os seus petrechos bélicos e insígnias de chefe”.<sup>69</sup>

Arnaldo revoltou-se e armou um plano para salvar aquele que considerava um amigo. O calabouço era um poço no chão coberto por “pranchas de pau-ferro”. Anhamum estava lá. E Alencar faz questão de salientar que o prisioneiro para lá tinha ido em um cortejo de horrores:

*Ao conduzi-lo, Moirão que era o cabo da escolta, querendo obrigar o selvagem a deixar o passo grave e concertado para andar mais ligeiro, travou do penacho de plumas de canindé que o chefe trazia à cabeça pregado com resina de almécega, e puxou-o para diante.*

*Anhamum deitou-lhe um olhar terrível e não deu mais um passo. Foi preciso arrancá-lo dali, e carregá-lo até o calabouço, onde o lançaram.*

*Descido o alçapão, o Aleixo Vargas deitou-se por cima dizendo:*

*Se tu és irmão do diabo, caboclo mofino, pede a êle que te tire daqui.*<sup>70</sup>

A noite caiu e Arnaldo continuou a trabalhar na empresa planejada. Por uma galeria subterrânea que ele havia descoberto há um certo tempo atrás no sopé da colina, conseguiu chegar ao calabouço. Era

---

68 Alencar, José de. O Sertanejo. In: Romances Ilustrados de José de Alencar. 5ª edição, São Paulo, Editora José Olímpio, 1967, p. 316-318.

69 Alencar, José de. O Sertanejo, p. 316-318.

70 Alencar, José de. O Sertanejo, p. 316-318.

uma formação natural provocada por processos de erosão. Como conhecia bem a terra onde nascera, Arnaldo percebeu que o túnel passava perto da prisão. Cavou uns palmos e foi bater na muralha. Arrancou os tijolos com a ponta da faca e, à meia-noite, a brecha estava concluída. A descrição de Alencar é primorosa no sentido de cruzar memórias, fazendo um diálogo entre o índio Anhamum e o mestiço Arnaldo, que, além de sangue branco e índio, tinha da mãe a presença africana:

*Mal tirara o último tijolo sentiu um sôpro nas faces e o contacto de uma mão forte, como a garra de uma onça. Anhamum ouvira o rumor, percebera a natureza do trabalho, e sem compreender a quem devia a salvação esperou-a.*

*Arnaldo conduziu o selvagem fora da caverna sem trocar uma palavra, ali apontou-lhe a floresta, pronunciando uma palavra tupi:*

*Taigoara!*

*O rapaziño não sabia a língua dos selvagens; mas retivera algumas palavras e uma delas era essa, que significa livre.*

*O selvagem com um dente de colar de guerra sarjou a pele, fazendo uma marca simbólica por cima do peito esquerdo, e afastou-se proferindo uma palavra cujo sentido Arnaldo ignorava.*

*Coapara.*

*Só depois veio a saber o rapaz que esse vocábulo traduzia-se em português por camarada, mas queria dizer tanto como amigo dedicado.*

*No dia seguinte, Flor apareceu triste, com pena do selvagem que supunha condenado a morrer. Arnaldo para desvanecer essa mágoa contou em segredo à menina que ele tinha livrado o chefe dos Jucás da prisão.*

*Poucas horas depois descobriu-se a evasão que deixou tonto por muitos dias ao nosso amigo Moirão. Desde então deu ele por provado que Anhamum era de fato irmão do diabo; do que duvidara até ali por não lhe constar que Satanás, o verdadeiro, fôsse caboclo.*

*Não se explicava a evasão do selvagem. O alçapão não fôra aberto; Aleixo Vargas dormira em cima; a cisterna estava intacta; sòmente notou-se que a argamassa de um lado estava fresca; mas atribuiu-se à umidade.*

*O capitão-mor estava no auge de sua ira sempre formidável, e embora repelisse a idéia de atrever-se alguém a auxiliar a fuga do selvagem, protestava, se tal cousa houvesse acontecido, condenar o criminoso a ser enterrado vivo.<sup>71</sup>*

Alencar do lado dos índios? Certamente. Mas nada pode ser respondido de maneira tão simplista. No mesmo romance, há o reverso. Para agradecer ao amigo Arnaldo, o chefe dos Jucás ajudaria, algum tempo depois, seu próprio carrasco, em uma luta entre brancos. Mas aí não se pode afirmar que Alencar saiu da história para a ficção, porque tais alianças não foram raras e estavam razoavelmente documentadas. Especulava-se, inclusive, que sem a colaboração dos nativos, o colonizador nunca teria sucesso em sua empreitada.

Alencar é ambíguo sobre a nobreza dos índios: eram elementos mais próximos da natureza ou eram povos que haviam sido superiores e decaíram? Enquanto isso, Araripe não tem dúvidas sobre a inferioridade racial dos nativos, mas nem por isso abandonava o posto de observador iluminista. Partia para avaliações sobre o governo de qualquer capitão-mor que fugisse da regra civil e, não tinha dúvidas, tratava-os como desordeiros e assassinos. Longe de uma história das elites, fazia uma história do estado, do poder público diante da selvageria. Assim, condenava qualquer tipo de ação que ferisse o mais sagrado princípio da humanidade: “a inviolabilidade da vida”.

Para Alencar, o índio deve ficar na memória, servindo de base para a nova civilização e inspirando no brasileiro o amor pelo Brasil. Para Araripe, o índio pertence à história. Enquanto Alencar dá ao índio a qualidade de herói fundador e fundamental, Araripe prefere glorificar as instituições de Portugal, que nem sempre conseguiram civilizar os próprios portugueses, mas tinham o ideal de

---

71 Alencar, José de. O Sertanejo, p. 316-318.

promover a lei e a ordem pública. Alencar intui que o passado não passou, nem deveria passar completamente. Araripe entende que o passado já deveria ter passado, para que as liberdades individuais estivessem mais cultivadas e o estado de direito fosse mais entranhado na vida do Brasil.

Na ficção de Alencar, o futuro dependia do passado. Só assim ter-se-ia um povo unido em um espaço, uma nação de fato. Na história de Araripe, o presente deveria desligar-se do passado, evoluindo em direção de um futuro diferente, fora das matas e dentro das cidades. Duas maneiras de usar o tempo, que, dependendo da ocasião, podem ser excludentes ou ora complementares. Isso significa que ambos imaginavam que o espaço vivido precisava do tempo narrado.

## 5. Memória Natural

Do ponto de vista metodológico, se é possível falar em metodologia de trabalho nos escritos de Alencar, pode-se afirmar que a natureza deveria ser percebida em seus aspectos simbólicos. Em um trecho de *Sonhos d'Ouro*, se vê a defesa do seu procedimento, misturada com um corrosivo comentário sobre ofício dos naturalistas:

*Para a asa altaneira só a flor gigante, a grande ninfêia escarlata, a rainha dos lagos, que os ingleses chamaram de "vitória", em honra de sua soberana, mas eu chamarei "imperatriz", em razão de ser uma majestade brasileira. Dir-me-ão que não sou botânico, e portanto não tenho autoridade para crismar essa espécie de loto, que os indígenas chamavam "milho d'água". Não é decerto minha intenção invadir os domínios da ciência. Podem os botânicos inventar quanto nome grego e latim lhes aprouver para apelidarem as plantas; podem fazer a autópsia das inocentes criaturas para reduzi-las a sistema; mas as flores, como mimos da natureza, pertencem à literatura; são do domínio da poesia.<sup>72</sup>*

---

72 Alencar, José de. *Sonhos D'Ouro*. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1953, p. 130.

Por outro lado, havia questões práticas, vinculadas à produtividade do solo e, portanto, à própria relação entre os humanos e a natureza. Não escapou a Alencar que preservar os recursos naturais significava resguardar lugares de memória e, também, conservar a terra de onde o homem tira o sustento. Isso fica evidente em *O Sertanejo*, livro que, ao lado de *Iracema*, pode ser tratado como romance que dialoga com o que se produzia sobre a História do Ceará:

O ajudante seguindo a direção indicava aproximou-se da cabana e examinou o topo da carnaúba que servia de cumeeira:

— Cortada de fresco? perguntou Campelo.

— Não há uma semana, respondeu o ajudante.

— Traga já o atrevido à nossa presença, Agrela.

O ajudante imediatamente deu ordem à gente da escolta, que foi descobrir o dono do casebre numa rocinha de mandioca, a poucas braças de distância. O homem vinha assustado.

— Como te chamas? perguntou o fazendeiro.

— José Venâncio, para respeitar e servir ao sr. capitão-mor.

— José Venâncio, quem te deu licença de cortar aquela carnaúba?

— Saberá o sr. capitão-mor que eu não cortei nas terras de Oiticica, mas lá na várzea do Milhar.

— A ordem que demos, José Venâncio, é de não cortar carnaúba, em qualquer parte deste sertão.

— Eu não sabia, sr. capitão-mor; pois não seria capaz de desobedecer à Vossa Senhoria. Era preciso que estivesse doudo.

— Acha que ele não sabia, Agrela? perguntou Campelo ao seu ajudante.

— O José Venâncio veio morar para estas bandas há pouco tempo e tem-se portado bem. Entendeu mal a ordem; mas não obrou com malícia.

— Por esta vez, e atendendo à informação do

nosso ajudante, ficas perdoado; mas não caias noutra, José Venâncio.

— Juro, sr. capitão-mor.

— A carnaúba é um presente do céu: é ela que na seca dá sombra ao gado, e conserva a frescura da terra. Quem corta uma carnaúba ofende a Deus, Nosso Senhor; e nós não podemos deixar sem castigo tão feio pecado. Vai em paz, José Venâncio.<sup>73</sup>

Em *Iracema*, não há essa censura. Os tempos eram outros e a terra ainda não estava sofrendo o desgaste do desmatamento. Para levantar uma cabana, Martim escolheu a margem do rio: “Poti cortou esteios dos troncos da carnaúba; a filha de Araquém ligava os leques da palmeira para vestir o teto e as paredes.”<sup>74</sup> Não há, portanto, contradição entre *O Sertanejo* e *Iracema*. Cada um está em seu tempo, sobre o qual Alencar tece cenários com uma impressionante habilidade para lhes dar dignidade existencial. Afinal, como ele mesmo argumenta, “cada região da terra tem uma alma sua”.<sup>75</sup> Alma que se infiltra no ambiente e, portanto, seiva que percorre todos os vivos. A civilização trazia em si a interrupção desse fluxo que une e particulariza os diferentes lugares do planeta. O Rio de Janeiro era um exemplo dessa ruptura que não deveria existir: “O arrabalde era naquele tempo mais campo do que é hoje. Ainda a fouce exterminadora da civilização não esmoutara os bosques que revestiam os flancos da montanha.”<sup>76</sup>

Ao defender a vida da carnaúba, Alencar aproximou-se da noção de História do Ceará que o Senador Pompeu desenvolvera. História da Sociedade como aliada da História Natural, era assim que se pensava. É por isso que um dos principais argumentos do Senador Pompeu no livro *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará* reside em uma articulação de fatos no tempo. Fatos da natureza, como a chuva ou a seca, ganhariam dimensão histórica na medida em que a própria história do Ceará seria constituída pela alternância de períodos secos e molhados. Assim, a história

73 Alencar, José de. *O Sertanejo*. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1967, p. 256-257.

74 Alencar, José de. *Iracema*, p. 140.

75 Alencar, José de. *O Gaúcho*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1953, p. 25.

76 Alencar, José de. *Diva – perfil de mulher*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1953, p.232.

tornar-se-ia mestra da vida. Disputas sobre datas e nomes em torno de fundadores seriam querelas inúteis. O que importa, nesse sentido, é como o homem vence, ou não, as dificuldades impostas pelo meio. Daí é que vem a importância do passado, da cronologia: esclarecer como a natureza vem se comportando, como os homens reagiram no decorrer dos desafios e como, a partir das lições da história, devem começar a reagir. Sendo assim, nada mais lógico do que defender o plantio e a preservação da carnaúba e de outras árvores, “que apesar da seca, sempre se conservam verdes”.<sup>77</sup>

Estava em jogo a definição do Ceará como a parte mais seca do Brasil. Por enquanto, fiquemos com a realidade enfocada por José de Alencar. Assim, vale a pena perguntar sobre a diferença entre o morador que não teve pudores de arrancar um pé de carnaúba e o dono da terra que via nisso um crime contra Deus. Em primeiro lugar, é preciso entender que a própria colonização das terras sertanejas, inicialmente por meio do criatório de gado e depois na monocultura do algodão, pressupunha a derrubada da vegetação nativa. Assim, a carnaubeira foi amplamente utilizada, desde o tronco e as palhas para fazer casas até a cera que delas é extraída, para fabricação de velas, que no século XIX se transformaria em produto de exportação.

Sobre a produção de “desertos” pelos territórios do Ceará, por volta de 1860, o engenheiro militar Raja Gabaglia, que veio à província como membro de uma expedição científica, deixou o seguinte registro:

*[...] ao apear-me no alpendre de sua casa e em seguimento de outros objetos me disse, ao mesmo tempo que estendia o braço apontando vários pontos do horizonte: “Veja, em poucos meses tenho feito bastante... como vê: tudo isto... tudo isto”. Olhei com curiosidade, perscrutando ao que se referia; mas, em vão, era noite, e, diante de mim, divulgava a custo um amplo espaço que deixava ver ao longe duvidosos limites da estrada. “O quê?” – perguntei de novo sem bem atinar ao que se aludia.*

77 Brasil, Thomaz Pompeo de Sousa. Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará . Edição fac. sim. . Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (edição original: 1859), p. 24.

*“Não vê” – retorquiu-me o interlocutor – “pois não vê todo este limpo? Tudo isso era um matão e eu pus-lhe fogo que agora faz gosto ver”.<sup>78</sup>*

Aí está, novamente, o confronto entre a positividade e a negatividade do desmatamento. São duas sensibilidades diante do mundo natural. A primeira que associa segurança e beleza à ação do homem: é a posição do colonizador, decidido a dominar o ambiente, a ferro e fogo, para tomar posse de tudo que há em seu redor. A segunda sensibilidade vai ganhar corpo no decorrer do séc. XIX: vincula a falta de árvores à falta de chuvas, constitui-se nas pesquisas que procuram descobrir como a ciência pode contribuir na relação de dominação racional e produtiva do homem com a natureza ou na valorização que a literatura romântica vai fazer no sentido de glorificar o sentimento patriótico. Está em jogo o que fazer com a terra onde se vive. É o pensamento moderno que vai dar o sentido de “deserto” como campo desmatado. Antes, “deserto” não era sinônimo de vazio, pois queria dizer território “inculto”, campo não cultivado, como é o caso das florestas.<sup>79</sup>

É preciso entender que o controle em torno da natureza, no sentido de preservá-la, era posto em prática por uma racionalidade envolvida com a preocupação de exploração eficiente, para produzir mais e melhor, conforme os ideais de civilização e progresso. Uma resolução de Cascavel, de outubro de 1851, por exemplo, determinava que se deve “cortar a palha sem derrubar a árvore”. A pena para os infratores por cada carnaúba destruída era “4 mil réis para as despesas da Câmara ou 15 dias de prisão”.<sup>80</sup> Já uma lei de 1857 estabelecia que os proprietários do município de Vila da Telha tinham a obrigação de plantar árvores ao redor dos açudes ou lagoas, para que “produzam sombra”, sobretudo “cajeiros, jenipapeiros, cajazeiras”.<sup>81</sup> Várias são as orientações legais nesse sentido: amenizar o clima e fazer a terra produzir diante do “deserto” que a própria colonização ajudara a construir.

Na década em que *Iracema* foi publicado, os leitores de Fortaleza poderiam encontrar nos jornais defesas da Carnaúba:

<sup>78</sup> Gabaglia, 2006, p. 70.

<sup>79</sup> Thomas, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 232.

<sup>80</sup> Campos, Eduardo. 1998, p. 138

<sup>81</sup> Campos, Eduardo. 1998, p. 139

*Infelizmente, todos os meios de destruição são empregados contra esta árvore, cuja madeira, de uma qualidade notável, é utilizada em muitos misteres.*

*Entretanto, no Ceará, onde se dedicam a extração da cera da carnaúba, começa-se a apreciar o valor de um tal vegetal e a prever sua futura importância. Uma lei d'esta província protege especialmente a carnaúba. (...)*

*Na província do Rio de Janeiro, fazem-se ensaios de plantação de carnaúba que surtem perfeitamente.*

*E' uma feliz inovação, porque, alem de um rendimento mui produtivo, a palmeira em questão, contribui poderosamente a purificar o ar das regiões, onde cresce. (...)*

*Independente da cera que fornecem as folhas da carnaúba (palha da carnaúba) formam por si mesmas um produto de um valor considerável, mas cuja importância só se poderá avaliar, quando a industria moderna tiver podido descobrir suas propriedades a assinalar suas utilidades.* <sup>82</sup>

Depois de ocupar lugar de destaque nos itens de exportação, entre a segunda metade do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX, a “árvore que arranha” passou a ter destaque no brasão oficial do estado, na qualidade de desenho que deveria motivar os cearenses a amar a natureza, que seria tão cearense quanto as jangadas e os jangadeiros, ou o sertão e os sertanejos. De qualquer modo, o brasão que hoje se encontra no centro da bandeira oficial do estado pode servir de indício sobre o mundo natural que foi se modificando a partir de movimentos historicamente situados.

Alencar e Araripe, em seus romantismos, não estavam ausentes desse debate, que consumia o tempo dos intelectuais em confrontos acalorados sobre as serventias do saber. Entrava em jogo, inclusive, o gasto do governo com a ciência, como se vê no início de *Sonhos d'Ouro*:

---

82 Jornal A Constituição, dia 30, Janeiro de 1868.

*Não sei o nome do arbusto, nem mesmo se já foi batizado pela ciência. É natural que não tenha escapado às pesquisas dos dois ilustres **freires** da flora brasileira, o Veloso e a Alemão; mas apesar de tanto dinheiro desperdiçado pelo governo, as letras andam entre nós abandonadas à indiferença e ao charlatanismo que são a medusa e o minotauro do talento, não me pude socorrer à ciência dos dois célebres botânicos.*

*A este respeito Ricardo não era menos ignorante. O modo por que ele admirava a pequena flor revelava o tato do artista ou do poeta. Seu exame nada absolutamente se parecia com a fria dissecação que o botanista opera nas diferentes partes de uma planta, para conhecer o seu gênero, classe e família (grifo do autor)<sup>83</sup>.*

E não era só Alencar que estava em concorrência com os “Freires”. O citado livro do Senador Pompeu sobre arboricultura também faz parte das querelas entre a ciência no Ceará e a ciência da corte.<sup>84</sup> Se há uma orientação básica quando se interpreta a historicidade dessa proliferação de livros em torno da definição do Brasil e especificamente do Ceará, é possível afirmar que, no princípio está a disputa. É por isso que as escritas estão recheadas de provocações e revides, que, com o passar do tempo, vão ficando opacas, mas podem ser novamente percebidas na medida em que a própria maneira de escrever e publicar é transformada em documento histórico, passível de exames preocupados com os modos pelos quais vão se constituindo os combates pelos sentidos da vida.

A disputa, nesse caso, não era somente uma arenga a respeito de versões sobre o passado, mas também uma constante guerra de publicidades sobre quem chegou primeiro a certa conclusão, ou quem publicou primeiro. Está em pauta a função do autor, sendo a autoria uma vivência e um direito pelo qual se deve lutar.<sup>85</sup> Na apresentação que Henrique Theberge fez para o livro do seu pai, Pedro Theberge, emerge uma ânsia de

83 Alencar, José de. Sonhos D'Ouro. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1953, p. 42.

84 Rios, Kênia Sousa. “Apresentação: a Comissão Científica e a seca do Ceará”. In: Capanema, Guilherme. Estudos Sobre Seca. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará / Museu do Ceará, 2006.

85 FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Vega – Passagens, 1992.

dar à publicação o posto de obra pioneira. A questão é que a obra estava concluída em 1862 e seria a primeira história do Ceará, mas o autor morreu em 1864 e, em 1867, Alencar Araripe publicou o seu livro com o ar de quem partiu na frente. Não é à toa que Pedro Theberge faz questão de explicar que o livro do pai até tem lacunas, mas foi o primeiro.<sup>86</sup>

Se o passado não é simplesmente um dado a ser resgatado, emerge o desafio de se pensar a historicidade do próprio ato de acreditar que certas coisas aconteceram e que esses acontecimentos esclarecem o que está acontecendo. Além disso, ou juntamente com isso, passa a interessar a interpretação historicamente fundamentada sobre criação da (falta de) memória, na medida em que vai se criando a noção de passado, presente e futuro, dimensões constitutivas do tempo que, nos jogos da modernidade racionalista ou romântica, passam a existir de determinada maneira, com delimitações que tanto servem para juntar como separar.

Na literatura de Alencar, nos relatórios do senador Pompeu ou nas análises de geógrafos e agrônomos, apesar das diferenças de estilo e de intenções, emergem preocupações sobre uma das muitas heranças do sistema colonial, em sua tendência determinante de nutrir o mercado externo. No Ceará, em virtude das secas periódicas, o debate ganhou urgência na pauta da elite letrada a partir de 1859, com o referido livro do senador Pompeu. A iniciativa não é de se estranhar, na medida em que sua postura intelectual, inspirada na ideia do sentido prático do saber, vai tentar resolver os problemas que afligiam a província. Aliás, a crítica ambiental já se fazia presente em boa parte dos escritos de intelectuais que tratavam do desenvolvimento do Brasil. A partir de finais do séc. XVIII, não é raro encontrar denúncias contra o desmatamento. Argumentava-se que o progresso viria com uma exploração racional.

## 9. O poder da distância

Há várias maneiras de se fazer a primeira linha de um romance. Quando os acontecimentos se dão numa cidade, Alencar prefere iniciar com personagens em ação. “A senhora estranhou, na última vez que estivemos juntos, a minha excessiva indulgência pelas criaturas infe-

86 Theberge, Henrique. “Ao Leitor”. In: Theberge, Pedro. Esboço histórico sobre a Província do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (edição original: 1869), p. 07.

lizes...” é o início de *Lucíola*. Em *Diva*, ele segue o mesmo princípio: “Emília tinha quatorze anos quando a vi pela primeira vez...”. Quando a trama se realiza no meio rural quem inicia é a própria natureza e sua participação no enredo torna-se bem mais assídua e significativa.

“De um dos cabeços da Serra dos Órgãos desliza um fio d’água que se dirige para o norte...”, esse não é apenas o princípio d’*O Guarani*, porque a descrição do cenário ocupa todo primeiro capítulo, onde não há o nome de nenhum personagem. O mesmo recurso é utilizado em *O Gaúcho*: “Como são melancólicas e solenes, ao pino do sol, as vastas campinas que cingem as margens do Uruguai e seus afluentes!”.

*O sertanejo* também principia com a natureza, mas o autor se insere na descrição: “Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infindos, é o sertão de minha terra natal”.<sup>87</sup> E, ao contrário de romances como *O Guarani* e *O Gaúcho*, Alencar logo insere o ser humano: “Aí campeia o destemido vaqueiro cearense, que à unha de cavalo acossa o touro indômito no cerrado mais espesso, e o derriba pela cauda com admirável destreza”. Note-se que o personagem é genérico, como se quisesse anunciar que o que mais importa no seu novo romance é mesmo completar a definição do “ser cearense”, que ele havia começado em *Iracema*. Uma definição histórica, quer dizer, dependente do tempo. É por isso que ainda na primeira página o leitor fica sabendo que a narrativa se passa no séc. XVIII, quando o espaço tinha outras dimensões:

*A civilização que penetra pelo interior  
corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto  
as casas e mais tarde as povoações.*

*Não era assim no fim do século  
passado, quando apenas se encontravam de longe extensas  
fazendas, as quais ocupavam todo o espaço entre as raras  
freguesias espalhadas pelo interior da província.*

*Então o viajante tinha de atravessar  
grandes distâncias sem encontrar habitação, que lhe servisse  
de pousada (...).*<sup>88</sup>

87 Alencar, José de. *O Sertanejo*, p. 161.

88 Alencar, José de. *O Sertanejo*, p. 161.

Pode-se argumentar que o escritor estava completamente envolvido com uma retórica que orienta descrição de espaços de grande amplitude. Na “imensa campina, que se dilata por horizontes infinitos”, tudo era um “vastíssimo deserto” e “o viajante tinha de atravessar grandes distâncias sem encontrar habitação”. Portanto, uma narrativa produtora do sublime, como bem argumentavam os manuais de retórica em voga no séc. XIX.<sup>89</sup>

No primeiro capítulo de *Iracema*, quando Martim abandona o Ceará com seu filho recém-nascido, o infinito também se faz presente: “O barco salta sobre as ondas e desaparece no horizonte. Abre-se a imensidade dos mares...”. A própria personagem que dá nome ao romance, nasceu em um lugar onde a vista não alcança: “Além, muito além daquela serra, que ainda azula no horizonte, nasceu Iracema”. Em *Como e porque sou romancista*, Alencar confessa que gostava do “além”, do “imponderável” que mar propiciava aos seus olhos: “Não somente a vista do oceano, suas majestosas perspectivas, a magnitude de sua criação, como também a vida marítima, essa temeridade do homem em luta com o abismo, me enchiam de entusiasmo e admiração”.

Mas, sobretudo no caso de *O sertanejo* o espaço sem fim não se explica somente por uma preferência pessoal ou pela “retórica do sublime”. Há recortes que dão outros tons para esse gosto pelo infinito. Ainda nos primeiros parágrafos do livro, Alencar localiza o leitor no espaço e no tempo, esclarecendo que foi por esse sertão desabitado que a família do fazendeiro percorria suas trilhas: “Assim fizera o dono do comboio que no dia 10 de dezembro de 1764 seguia pelas margens do Sitiá buscando as faldas da Serra de Santa Maria, no sertão de Quixeramobim”. Era sertão cearense do séc. XVIII, com poucas estradas e muitas distâncias, separando grandes propriedades e isolando proprietários em seus domínios particulares. Até aí, o predomínio do sublime retórico, mas logo em seguida, pode-se perceber que a imensidão trazia um problema prático, pois o predomínio da natureza correspondia à falta de poder público e o jeito era se prevenir com armas e alimentos.

89 Martins, Eduardo Vieira. *A Fonte Subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista*. Londrina: Eduel, 2005, p. 234-239.

O viajante, adverte Alencar, “era obrigado a munir-se de todas as provisões necessárias à comodidade como à segurança”.<sup>90</sup>

Em *O sertanejo*, Alencar conta a história de amor entre Arnaldo e a filha de um poderoso capitão-mor chamado Campelo, dono de terra, gente e gado. Assim, continua a contar sobre o passado do Ceará: *Iracema* no séc. XVII, *O sertanejo* no séc. XVIII. Percebe-se, então, a presença de dois períodos históricos. Inicialmente, as primeiras tentativas de colonização, com as expedições de Pero Coelho e Martim Soares Moreno. Depois, a ocupação do Ceará pela criação de gado.

*Iracema* começa na água: “verdes mares bravios da minha terra natal...”. Daí é que vem o guerreiro lusitano para fecundar a índia tabajara e por aí é que ele vai embora carregando o filho Martim. *O Sertanejo* se inicia e se finda na terra. São duas fundações, que acompanham o movimento do colonizador: primeiro o litoral, depois o interior. Com *O Sertanejo*, Alencar fecha um complexo jogo de argumentos para explicar o passado da sua terra natal, em diálogo com as teorias da ficção e da história, oscilando entre o romantismo literário e a história científica, preocupado com a emotividade de sua invenção e, ao mesmo tempo, sabendo que cenários e personagens só existem conforme recortes temporais.

Observador do seu tempo e de outros, Alencar destaca como a sociedade em formação tinha a marca das disputas violentas. Ao se referir ao processo colonizador vinculado à delimitação das fazendas de gado, ele ressalta que “a cobiça de envolta com o orgulho gerou as lutas acérrimas e encarniçadas que durante o século dezoito assolaram a nascente colônia”. Para deixar mais evidente o compromisso da ficção com a realidade, faz referência a uma contenda que havia ficado na memória popular: “a guerra de extermínio das duas poderosas famílias dos Montes e Feitosas”.<sup>91</sup>

Mas não é só pela citação do famoso conflito que o autor confirma que a sua narrativa ocorre no tempo dos donos de terra, sempre disponíveis para abusar do poder e lavar a honra com sangue. Além das cenas envolvendo o vaqueiro Arnaldo e seu patrão, Alencar se demora em explicações sobre a configuração social do sertão:

<sup>90</sup> Alencar, José de. *O Sertanejo*, p. 161.

<sup>91</sup> Alencar, José de. *O Sertanejo*, p. 167.

*Os sertanejos ricos daquele tempo eram todos de orgulho desmedido. Habitando um extenso país, de população muito escassa ainda, e composta na maior parte de moradores pobres ou de vagabundos de toda a casta, o estímulo da defesa e a importância de sua posição bastariam para gerar neles o instinto do mando, se já não o tivessem de natureza.*

*Para segurança da propriedade e também da vida, tinham necessidade de submeter à sua influência essa plebe altanada e aventureira que o cercava, e de manter no seio dela o respeito e até mesmo o temor. [...] Traíam séquitos numerosos de valentões; e entretinham a soldo bandos armados, que em certas ocasiões tomavam proporções de pequenos exércitos.*

*Estes barões sertanejos só nominalmente rendiam preito e homenagem ao rei de Portugal, seu senhor suserano, cuja autoridade não penetrava no interior senão pelo intermédio deles próprios. Quando a carta régia ou a provisão do governador levava-lhes títulos e patentes, eles a acatavam; mas se tratasse de cousa que lhes fosse desagradável não passava de papel sujo.*

*[...] Eram os únicos justiceiros em seus domínios, e procediam de plano, sumarissimamente, sem apelo nem agravo, em qualquer das três ordens, a baixa, média, e a alta justiça. Não careciam para isso de tribunais, nem de ministros e juizes; sua vontade era ao mesmo tempo a lei e a sentença; bastava o executor. (Alencar, 1967, p. 284-285).*

O sertanejo enfocado no romance era vaqueiro de um largo criatório de gado solto, forte e apaixonado por dona Flor, filha do poderoso dono de terras. Exaltando a natureza, como era do seu feitio, o autor descreve a colonização do interior das terras que teriam o nome de Ceará. Está em evidência, portanto, o movimento de migrantes que carregaram o gado das capitâneas vizinhas, como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Por um lado, a vastidão dos espaços ganha

sentido por meio de uma “retórica do sublime”. Por outro, trata-se de um espaço denunciado, na medida em que, no seu entender, os isolamentos nutriram o poder privado dos proprietários. Aí Alencar dá o mote para muito do que se escreveu a respeito da história política de uma região que, no séc. XX, chamar-se-ia de Nordeste. O termo que faria maior sucesso nesse sentido seria “coronelismo”.

Por outro lado, se tem aí outra semelhança entre as escritas dos primos José de Alencar e Alencar Araripe. *O Sertanejo*, assim como *Iracema*, está em sintonia com a *História da Província do Ceará* e, mais uma vez, Alencar e Araripe abriram caminho para a sucessão de repetições que estariam presentes nos resumos didáticos posteriormente publicados. Em sua ânsia para mostrar como as matas deram lugar para cidades, Araripe encontrou o mesmo entrave: o espaço despovoado.

Assim como o romancista Alencar, o historiador Araripe não se esqueceu de fazer referência às dificuldades da “justiça pública”: “Famílias havia, que faziam garbo de ostentar prepotência, e desprezo aos recursos da lei, e a esse respeito conseguiram notável nomeada os Feitosas em Inhamuns e os Mourões em Vila Viçosa”. Mas ele tem o cuidado de mostrar que na segunda metade do séc. XIX a situação havia mudado: “Hoje porém os membros dessas famílias são cidadãos pacíficos, vendo-se em sociedade mais regularizada, e menos sujeita aos caprichos individuais”.<sup>92</sup> No intuito de mostrar como o Ceará evoluía, Alencar Araripe fazia um esforço para mostrar que a sua história tratava de um espaço que, apesar das dificuldades, vinha saindo da natureza para a cultura, do campo para a cidade, do atraso para o progresso.

Preocupação semelhante teve José de Alencar, em uma das poucas notas que estão em *O Sertanejo*: “Não falaria o autor dessas lutas, se elas não pertencessem à história”. Seu cuidado está em não macular a “importante família de Inhamuns”, com a qual tinha relações de amizade. Por isso ele adverte que “não é ela responsável por excesso de que outrora acusaram seus parentes; além de que tais excessos eram próprios do tempo, e piores praticaram na Europa os ascendentes de muitas das principais famílias”.<sup>93</sup>

Estava em jogo o poder da distância. Pensava-se que, longe dos poderes públicos, o poder privado imperava, como se a proximidade

<sup>92</sup> Araripe, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará...*, p. 169.

<sup>93</sup> Alencar, José de. *O Sertanejo*, p. 367.

dade resolvesse o problema. O nó a ser desatado estaria no espaço. A solução seria recuperar a intimidade entre o substantivo região e o verbo reger.<sup>94</sup> Sendo assim achava-se um fio condutor para a História do Ceará, partido do encontro entre branco e índio, passando por amores e ódios, e chegando ao processo colonizador, quer dizer, aos modos de reger o território diante dos primitivos habitantes e do colonizador ainda pouco civilizado.

De modo diferenciado, mas complementar, Alencar e Araripe inventaram princípios e parâmetros para quem desejasse entender o presente por meio do passado, ou melhor, deram ressonância a necessidade de fazer elos de sentido entre o passado e o presente para que o futuro pudesse ter legitimidade. Assim constituíram discordâncias no modo pelo qual o passado servia ao presente, criando um campo de saber que viria a ser defendido como História do Ceará. Afinal, a existência desse campo não se deve a prévia existência de um objeto “História do Ceará”, porque é preciso levar em consideração que há um conjunto de articulações discursivas que permitem a composição de legitimidades, na medida em que interditam outras vias.<sup>95</sup>

Não havia um objeto de estudo a espera de estudiosos, mas um passado que foi configurado em determinados limites a partir de demandas políticas que interagiam com a própria divisão do país em províncias. Sendo assim o objeto “História do Ceará” foi criado numa concorrência com outros territórios e outras histórias, como as Histórias da Paraíba, do Rio Grande do Norte ou de Pernambuco. Mas nada acontecia no consenso, porque a própria configuração dos saberes sobre o passado se dava na disputa, na pesquisa que, antes de tudo, questionava outra investigação, para corrigir erros, identificar imprecisões ou eliminar lacunas. Não se deve esperar nesses regimes discursivos a simples concordância em torno de um patriotismo local, mas uma rede de embates que se justifica para si e para os outros a partir de um recorte espacial chamado Ceará.

Assim, o tempo fica submetido ao território previamente posto, na qualidade de limite onde se define o que e quem é cearense. As relações de pertencimento não são algo que preexiste ao saber que

94 Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 158.

95 Foucault, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 99.

procura investigar o “ser cearense” e sim um campo de forças que se faz na medida em que o sentimento de nacionalidade também passa a desenvolver a necessidade de um patriotismo regionalizado, em conexão com as especificidades das relações entre o centro e a periferia do poder político do Brasil imperial. Não bastava delimitar a vasta e pouco conhecida extensão do país e das províncias. Além do espaço, o poder precisava de tempo.